



COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL

DO BÁSICO AO AVANÇADO

VOLUME V

**DIFERENÇAS ENTRE
AMBIENTALISMO E
CONSIDERAÇÃO PELOS
ANIMAIS**

QUAL O TAMANHO DA DIVERGÊNCIA?

Luciano Carlos Cunha



COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL

DO BÁSICO AO AVANÇADO

VOLUME V

**DIFERENÇAS ENTRE
AMBIENTALISMO E
CONSIDERAÇÃO PELOS
ANIMAIS**

QUAL O TAMANHO DA DIVERGÊNCIA?

Luciano Carlos Cunha



COLEÇÃO
UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL
DO BÁSICO AO AVANÇADO

VOLUME V

DIFERENÇAS ENTRE
AMBIENTALISMO E
CONSIDERAÇÃO PELOS
ANIMAIS

QUAL O TAMANHO DA DIVERGÊNCIA?

Luciano Carlos Cunha

SOBRE O AUTOR

Doutor em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, coordenador geral no Brasil das atividades da organização [Ética Animal](#) e criador do site [Senciência e Ética](#). É também autor dos livros [Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente](#) e [Razões para ajudar: o sofrimento dos animais selvagens e suas implicações éticas](#). Publicou também capítulos em outras obras e artigos em periódicos especializados, que [podem ser lidos aqui](#).

Orcid: 0000-0003-3022-8121



SOBRE A OBRA

Este livro apresenta uma comparação das diferenças entre a consideração pelos animais e o ambientalismo, tanto em relação aos seus fundamentos e metas, quanto em relação ao conflito prático resultante dessas diferenças teóricas.

ISBN nº 978-65-01-42971-7 1ª edição Abril de 2025.

Esta obra faz parte da coleção *Uma Jornada pela Ética Animal: Do Básico ao Avançado*, coleção que tem como objetivo oferecer, com textos didáticos porém aprofundados, uma análise das muitas questões discutidas na área de ética animal desde o seu surgimento até os dias atuais.

A produção deste trabalho foi financiada pela organização [Ética Animal](#).



SUMÁRIO

1. Respeito pelos animais e ambientalismo: complementares ou opostos?	7
1.1. Diferenças básicas de fundamentos	7
1.2. Variantes do ambientalismo	8
1.3. Ética animal e ética ambiental	10
1.4. Práticas ambientalistas que envolvem extermínio de animais.....	10
2. A divergência é quanto aos fins, não somente quanto aos meios	12
2.1. Metas diferentes.....	12
2.2. O que quer dizer "considerar os indivíduos" e "considerar totalidades"	13
3. Apesar das diferenças, defesa animal e ambientalismo convergem na prática?	16
4. A divergência não está no foco no curto ou longo prazo.....	18
5. Equilíbrio ecológico e biodiversidade coincidem com o melhor para os animais?... 	20
6. Defesa dos animais e ambientalismo: a divergência é ética, e não, científica	23
7. Por que o respeito pelos animais é confundido com o ambientalismo?	26
8. O que é almejado com os programas ambientalistas de extermínio?	31
9. O ambientalismo é antropocêntrico?	34
10. Questionando os pressupostos ambientalistas	36
10.1. Entidades não sencientes possuem valor em si?.....	36
10.2. Entidades não sencientes possuem mais valor do que os seres sencientes?.....	37
10.3. E se entidades não sencientes tiverem valor em si?	38
10.4. Questionando os critérios ambientalistas para atribuição de valor.....	38
10.5. Conclusão	39
11. Por que defensores dos animais relutam em reconhecer a divergência?	41
11.1. O receio em contrariar o ambientalismo.....	41
11.2. A dificuldade em revisar crenças e práticas	42
11.3. Conclusão	43
REFERÊNCIAS	45

1. Respeito pelos animais e ambientalismo: complementares ou opostos?

1.1. Diferenças básicas de fundamentos

A *defesa dos animais* é frequentemente vista como uma forma de *ambientalismo*. Também não é incomum que a defesa dos animais e o ambientalismo sejam vistas como perspectivas complementares, apesar de diferentes. A seguir veremos por que ambas as crenças são equivocadas. A consideração pelos animais e o ambientalismo estão fundados em ideais diametralmente opostos, que muito frequentemente geram prescrições conflitantes na prática¹.

Para entendermos essa divergência é essencial definirmos o que estamos a chamar de *ambientalismo*, pois esse termo é utilizado em vários sentidos distintos. Por exemplo, existem posições que defendem que o valor do meio ambiente reside em ser um recurso importante para os humanos² ou para os [seres sencientes](#) em geral³ (isto é, para todos os seres capazes de sofrer e desfrutar). Por vezes essas posições são chamadas de ambientalistas. Em contrapartida existem posições que defendem que pelo menos alguns aspectos do meio ambiente (como ecossistemas ou espécies) possuem valor *em si* (isto é, que possuem valor independentemente de beneficiarem ou não os seres sencientes). Essas posições também são chamadas de ambientalistas.

No primeiro tipo de posição o centro da preocupação moral não é o meio ambiente (este é visto como um recurso, um meio – seja para os humanos, seja para os seres sencientes em geral, dependendo da posição). Por essa razão, ao longo de toda esta obra chamaremos de *posições ambientalistas* apenas as do segundo tipo, pois nestas o centro da preocupação moral é o próprio meio ambiente (ou, pelo menos, certos aspectos deste). São essas posições que são frequentemente confundidas com a consideração pelos animais. Veremos a seguir por que consideração pelos animais e ambientalismo partem de fundamentos diametralmente opostos.

As posições ambientalistas defendem preservar o meio ambiente não porque os animais precisam deste enquanto recurso. Pelo contrário: na maioria das posições ambientalistas os animais é que são vistos como meros recursos para preservar entidades não sencientes como

¹ Para uma análise detalhada dessas diferenças e desse conflito, ver Dorado (2015).

² Para um exemplo, ver Passmore (1980 [1974]).

³ Para um exemplo, ver Singer (2002 [1993], cap. 10).

espécies e ecossistemas. Por essa razão essas posições defenderão manter o meio ambiente em determinada configuração, mesmo que o melhor para os animais que ali se encontram seja mantê-lo em outra.

Já a consideração pelos animais está fundada no respeito por eles enquanto indivíduos sencientes, capazes de ter experiências positivas e negativas. O objetivo é evitar prejudicá-los e buscar beneficiá-los, e o meio ambiente é visto como um recurso para eles. É uma proposta de extensão para os animais não humanos daquilo que já é aceito para humanos: respeitar os indivíduos, evitar que sofram, evitar que morram. Diferentemente, o que é valorizado *em si* nas posições ambientalistas são determinadas entidades não sencientes.

Assim, os conceitos chave para entendermos as diferenças de fundamentos entre consideração pelos animais e ambientalismo são os conceitos de *valor em si* e *valor instrumental*. A divergência principal é esta: aquilo que a defesa dos animais valoriza em si (o bem dos animais) o ambientalismo valoriza de modo apenas instrumental (para preservar espécies ou ecossistemas); por outro lado, aquilo que o ambientalismo valoriza em si (certos aspectos do meio ambiente) a consideração pelos animais valoriza apenas de modo instrumental (enquanto recurso para os seres sencientes).

1.2. Variantes do ambientalismo

1.2.1. Quanto a quais entidades possuem valor em si

As posições ambientalistas diferem entre si em relação à vários aspectos⁴. Um desses aspectos é em relação a quais entidades não sencientes são valorizadas *em si*. Nesse sentido, as posições ambientalistas normalmente são classificadas como *holistas* ou como *biocentristas*⁵.

⁴ Para uma introdução às muitas variantes do ambientalismo, ver Hargrove (1992) e Zimmerman et. al. (1993).

⁵ É importante observar que nesse debate esses termos fazem referência a *abordagens normativas* (mais especificamente, referem-se a abordagens que dizem quais são as entidades moralmente consideráveis). Por vezes esses mesmos termos são utilizados em referência a *abordagens descritivas* em outras áreas, o que pode gerar alguma confusão. Por exemplo, frequentemente são chamadas de holistas as abordagens que explicam a realidade a partir das relações presentes entre os vários elementos das totalidades. Uma abordagem desse tipo é, por exemplo, a de Capra (1982). Além disso, biocentrismo também é o nome de uma teoria proposta por Lanza e Berman (2009) que defende que o conceito de vida é essencial para descrever o universo. Como deve estar claro, apesar de terem o mesmo nome, um tipo de abordagem não necessariamente implica a outra. Isto é, alguém pode adotar uma abordagem holista a nível descritivo mas rejeitar uma abordagem holista a nível normativo, e vice-versa. O mesmo vale para o biocentrismo. Na verdade, apesar de os nomes utilizados serem os mesmos, esses debates dizem respeito a questões completamente diferentes.

No holismo⁶ são valorizadas em si *totalidades* como ecossistemas ou espécies. É importante não confundir isso com valorizar os habitantes dos ecossistemas e os membros das espécies. O que é valorizado no holismo são ecossistemas ou espécies *enquanto entidades não sencientes*. Isso significa que, segundo essas abordagens, desde que o ecossistema ou a espécie não sejam extintos (ou não tenham alteradas suas propriedades que o ambientalismo considera valiosas), não há problema algum em matar uma grande quantidade de animais (pois segundo essas posições os indivíduos não possuem valor em si, e sim, apenas enquanto componentes de ecossistemas e/ou exemplares de espécies). Já o biocentrismo⁷ valoriza em si cada organismo vivo individualmente (cada animal, cada fungo, cada planta etc.). Nesse sentido, a diferença principal é entre as abordagens ambientalistas centradas em valorizar *totalidades* e aquelas centradas em valorizar *cada organismo*.

1.2.2. Quanto ao que faz elas terem valor

As diversas posições ambientalistas também divergem entre si em relação ao que faz com que uma entidade adquira valor em si. Essas características também são normalmente utilizadas para medir o grau desse valor. Critérios comumente utilizados são⁸: o grau de raridade; de complexidade; de biodiversidade; de equilíbrio ecológico; o tempo que levou para se formar; o grau com que exibe certas propriedades estéticas; o grau com que representa certos ideais; não ter se originado de práticas humanas; o grau com que não foi alterado por humanos; o grau com que exibe apenas animais e plantas de espécies nativas do local etc.

Esses critérios são usados tanto por abordagens holistas quanto por abordagens biocentristas. Por exemplo, um critério comumente usado é o grau com que a entidade em questão não foi alterada por humanos (quanto menos alterada, mais valor é atribuído). Esse critério é utilizado tanto por algumas abordagens holistas⁹ (para dizer quais ecossistemas e/ou espécies possuem valor em si e qual o tamanho desse valor) quanto por algumas abordagens biocentristas¹⁰ (para dizer quais animais, plantas ou fungos possuem valor em si e qual o tamanho desse valor).

⁶ Para exemplos, ver Callicott (1989) e Rolston (1988).

⁷ Para exemplos, ver Goodpaster (1978) e Taylor (1986).

⁸ Para uma comparação e avaliação dessas posições, ver Cunha (2022b, p. 195-217).

⁹ Para exemplos, ver Elliot (1982) e Katz (1992).

¹⁰ Ver, por exemplo, Taylor (1986).

Apesar de todas essas diferenças, o que torna todas essas posições exemplos de ambientalismo é que valorizam *em si* algum tipo de entidade não senciente.

1.3. Ética animal e ética ambiental

A diferença entre consideração pelos animais e ambientalismo também reflete na distinção entre *ética animal* e *ética ambiental*. Como vimos, a consideração moral dos animais não humanos está fundada no critério da senciência. São as questões que afetam os seres sencientes aquilo que se discute na área de *ética animal*. Já as posições ambientalistas são caracterizadas por valorizarem *em si* certas *entidades não sencientes* (como espécies, ecossistemas, plantas etc.). São as questões que afetam entidades não sencientes o que é discutido em *ética ambiental*, área na qual as posições ambientalistas são predominantes.

1.4. Práticas ambientalistas que envolvem extermínio de animais

A divergência teórica entre ambientalismo e consideração pelos animais possui muitas implicações práticas. A seguir estão alguns exemplos de atitudes díspares por parte de ambientalistas e de defensores dos animais. Esse conflito prático surge exatamente por conta de essas perspectivas terem fundamentos teóricos opostos.

Em primeiro lugar, não é incomum que ambientalistas defendam práticas que envolvem causar sofrimento e/ou morte aos animais. Por exemplo, desde que seja feito de maneira sustentável, o [consumo de animais](#) é incentivado por muitas organizações ambientalistas proeminentes¹¹, apesar de todo o sofrimento e mortes que causa.

¹¹ Exemplos podem ser encontrados em: Conservation International : <https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/pesca-sustentavel>; EcoCanadá: <https://eco.ca/blog/what-is-sustainable-fishing/>; Fundo Amazônia: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Pesca-Sustentavel/>; GreenPeace: <https://www.greenpeace.org.uk/challenges/sustainable-fishing/>; Iberdrola: <https://www.iberdrola.com/socialcommitment/sustainable-fishing> e <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/pesca-sustentavel>; National Geographic Society: <https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/sustainable-fishing/>; Marine Stewardship Council: <https://www.msc.org/what-we-are-doing/our-approach/what-is-sustainable-fishing> e <https://www.msc.org/pt/o-nosso-trabalho/o-nosso-proposito/o-que-e-a-pesca-sustentavel>; SeaFood Watch: <https://www.seafoodwatch.org/>; Sustainable Fisheries Partnership: <https://sustainablefish.org/>; WWF: <https://www.worldwildlife.org/industries/sustainable-seafood> e https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/pesca_sustentavel/. Acessados em 16 nov. 2021.

A experimentação animal também é frequentemente promovida por grupos ambientalistas¹², o que resulta em uma enorme quantidade de animais sendo forçados a sofrer intensamente e a morrer em experimentos que visam testar o quão poluentes são certos produtos químicos no ambiente¹³. Há inclusive organizações ambientalistas que defendem a experimentação animal mesmo quando o efeito do produto químico já é conhecido¹⁴, e se posicionam contrariamente à aplicação e desenvolvimento de métodos substitutivos ao uso de animais¹⁵.

Muitos dos principais proponentes do ambientalismo são defensores da caça¹⁶. Defendem que é uma forma de se conectar a um modo de vida em seu estado natural, de controlar as populações e de manter o equilíbrio ecológico. Alguns defendem que a caça é algo sagrado¹⁷. Outros chegam a defender que a caça não é apenas permissível, mas uma obrigação¹⁸.

Além disso, os programas ambientalistas de controle populacional tipicamente envolvem matar os animais, descartando completamente a opção de esterilizá-los. Por exemplo, ao redor de todo o mundo existem programas ambientalistas de extermínio de animais membros de espécies classificadas como invasoras¹⁹.

Frequentemente essas atitudes são recebidas com surpresa. Entretanto, não deveriam ser surpresa alguma pois, como vimos, o ambientalismo e respeito pelos animais partem de fundamentos diametralmente opostos. Não é de se surpreender que, com fundamentos tão divergentes assim, as atitudes prescritas por cada posição conflitem enormemente.

¹² Exemplos podem ser encontrados em World Wide Fund for Nature - WWF (2000) e Warhurst (2004).

¹³ Para um relato sobre como os animais sofrem e morrem nesses experimentos, ver *Ética Animal* (2016e).

¹⁴ Para um exemplo, ver World Wide Fund for Nature - WWF (2000).

¹⁵ Por exemplo, a posição da National Resources Defense Council (NRDC) é a de que os métodos que não usam animais deveriam ser complementares, mas não substitutivos. Ver Fednich (2018, p. 11).

¹⁶ Ver, por exemplo, Leopold (1949, p. 54-8, 62-6, 120-2, 149-54, 177-87, 204), Callicott (1980), Rolston (1988, p. 91), Hettinger (1994) e Cahoon (2009).

¹⁷ Ver, por exemplo, Rolston (1988, p. 91).

¹⁸ Ver, por exemplo, Callicott (1980, p. 320).

¹⁹ Para um exemplo no Brasil, ver Conabio (2009). Para um exemplo na Europa, ver Council of Europe (2016; 2020). Para uma crítica a esse tipo de prática no Brasil, ver *Ética Animal* (2021b). Para uma crítica geral, ver Shelton (2004) e Faria (2011, 2012).

2. A divergência é quanto aos fins, não somente quanto aos meios

2.1. Metas diferentes

Ao redor do mundo existem programas ambientalistas de extermínio de animais selvagens em nome da preservação de ideais como biodiversidade e equilíbrio ecológico²⁰. Esses programas recebem ampla aceitação, inclusive por parte de pessoas que se preocupam com os animais. Um dos motivos pelos quais isso acontece é a predominância de uma ideia equivocada em relação a quais são as metas do ambientalismo. De acordo com essa ideia os ambientalistas matam uma boa quantidade de animais agora apenas porque essa é a única maneira de garantir que, daqui para frente, não haja uma quantidade ainda maior de sofrimento e de mortes para os animais. De acordo com essa visão a defesa dos animais e o ambientalismo possuem a mesma meta (conseguir o melhor mundo para os animais), mas discordam em relação aos meios para alcançá-la.

Entretanto, o que o ambientalismo almeja com a matança de animais não é um mundo melhor para os animais. A divergência fundamental entre essas duas perspectivas é quanto aos *fins*, não quanto aos *meios*. Em visões centradas no respeito pelos animais o que é valorizado *em si* é o bem dos indivíduos sencientes, isto é, dos seres capazes de sofrer e desfrutar. Nessas visões o meio ambiente é valorizado enquanto recurso para esses seres. Já na vasta maioria das posições ambientalistas ocorre exatamente o contrário: o que é valorizado *em si* são certas entidades não sencientes, como espécies (e não seus membros) e ecossistemas (e não seus habitantes). O ambientalismo defende que essas entidades possuem valor *em si*. Isso significa que o ambientalismo não visa preservar o meio ambiente enquanto recurso para os animais. Pelo contrário, na maioria das posições ambientalistas os animais é que são vistos como meros exemplares de espécies e como meros recursos para a manutenção dos ecossistemas²¹.

²⁰ Pra exemplos ver nota 19.

²¹ Algumas posições combinam critérios ambientalistas com o critério da sciência. Essas posições dão consideração moral direta a entidades não sencientes e também aos animais não humanos enquanto seres sencientes. São, portanto, *posições híbridas*. Contudo, ainda que essa não seja uma implicação necessária dessas posições, é comum que elas enxerguem o bem dos animais não humanos como menos importante do que a preservação das entidades não sencientes que valorizam em si. Por exemplo, as visões que adotam critérios ambientalistas, independentemente de darem ou não alguma consideração aos animais, geralmente aprovam a chacina de animais não humanos para preservar essas entidades não sencientes. Ver, por exemplo, as posições de Hettinger (1994, p. 13-4); Callicott (1998); Rolston (1999, p. 260-1) e Warren (2000a, p. 228).

É exatamente por essa razão que, como vimos no [capítulo 1](#), os ambientalistas geralmente defendem o consumo de animais, a experimentação animal, a caça e a exploração animal em geral. Ao fazerem isso, não estão sendo incoerentes com o ideal ambientalista. Muito pelo contrário: é o próprio ideal ambientalista que não valoriza em si o bem dos animais. Os ambientalistas que defendem a matança de animais estão apenas aplicando esse ideal na prática.

2.2. O que quer dizer "considerar os indivíduos" e "considerar totalidades"

Se é tão evidente que consideração pelos animais e ambientalismo possuem metas opostas, por que é tão prevalente a ideia de que possuem a mesma meta, mas discordam dos meios para alcançá-la? Pelo menos uma parte dessa confusão deve-se a uma interpretação equivocada da seguinte afirmação: "a defesa dos animais é centrada na consideração por *indivíduos*, enquanto o ambientalismo é normalmente centrado na consideração por *totalidades*". Veremos mais sobre isso a seguir.

Essa afirmação é por vezes interpretada como querendo dizer que, se a única possibilidade de salvar muitos indivíduos for matar uma minoria, então que a defesa dos animais se oporia a tal ação e o ambientalismo a aprovaria. Ou seja, "consideração por indivíduos" é interpretada como "priorizar um indivíduo (ou uma minoria) frente a vários" e "consideração por totalidades" é interpretada como "priorizar a maioria".

Isso é equivocado por duas razões. Em primeiro lugar porque, dentre as várias perspectivas que são centradas na consideração pelos animais enquanto indivíduos, há discordância sobre qual a ação correta em casos onde a única maneira de salvar uma maioria é matar uma minoria. Há tanto perspectivas que defendem que nesses casos há justificativa para matar a minoria quanto perspectivas que defendem que não há²². Em segundo lugar é equivocado porque, como vimos, o ambientalismo não é centrado na consideração por indivíduos, seja minoria ou maioria. Considerar totalidades, no ambientalismo, não é considerar a soma dos indivíduos. A seguir está uma explicação mais detalhada sobre o que significa considerar indivíduos e considerar totalidades em cada uma dessas posições.

²² Para um exemplo dessa divergência ver, por exemplo, as posições de Singer (2002 [1993]) e Francione (2000).

O que realmente significa dizer que a consideração pelos animais é centrada na consideração por indivíduos é que as ações serão avaliadas como certas ou erradas dependendo de como afetam os seres sencientes (isto é, os indivíduos, aqueles que são capazes de ter experiências positivas e negativas). Se, em casos de dilemas, uma posição desse tipo priorizará a maioria ou a minoria, já é outra questão. Há muitas variantes de posições centradas na senciência²³.

Por sua vez, o que realmente significa dizer que o ambientalismo é geralmente centrado na consideração por totalidades (como ecossistemas e espécies), não é que prioriza uma maioria dos indivíduos ou a soma dos indivíduos, e sim, que as ações serão avaliadas como certas ou erradas dependendo de como afetam essas totalidades *não sencientes* (que são valorizadas *em si* pelo ambientalismo, e não enquanto recurso para os seres sencientes). Por exemplo, o ambientalismo defenderá que, desde que uma ação não ameace a estabilidade de um ecossistema e/ou não coloque uma espécie em risco de extinção (ou de alguma outra maneira não altere certas propriedades consideradas valiosas desses ecossistemas ou espécies), não há nada de errado com tal ação, mesmo que seu resultado seja, dali para frente, um mundo pior para os seres sencientes (com mais sofrimento, mais mortes prematuras etc.).

Uma evidência de que isso não é a consideração pela maioria nem pela soma dos indivíduos é que, de acordo com essas posições, desde que a espécie não seja extinta, não há problema algum em matar quantos indivíduos se desejar. Na verdade, quanto menor for a população de uma espécie, mais as perspectivas ambientalistas se empenharão em preservá-la – não porque valorizam a minoria dos indivíduos, e sim porque nesse caso é maior o risco de extinção da espécie (esta sim, valorizada *em si*). Ou seja, nessas posições os indivíduos são valorizados apenas enquanto recursos para manter a existência de espécies ou ecossistemas.

²³ A consideração pelos seres sencientes foi defendida a partir das mais variadas perspectivas da ética: *utilitarismo* (SINGER, 2002 [1993]; MATHENY, 2006); *teorias de direitos* (REGAN, 1983; FRANCIONE, 2000); *igualitarismo* (GOMPERTZ, 1997[1824]; FARIA, 2014; HORTA, 2016), *prioritarismo* (HOLTUG, 2007); *suficientismo* (CRISP, 2003); *ética focada no sofrimento* (VINDING, 2020); *consequencialismo negativo* (PEARCE, 2017); *ética do cuidado* (ADAMS; DONOVAN, 1996); *abordagem das capacidades* (NUSSBAUM, 2006); *ética das virtudes* (ROLLIN, 1981; DOMBROWSKI 1985; NOBIS 2002; HURSTHOUSE 2006; ABBATE 2014); *kantianismo* (FRANKLIN, 2005; KORSGAARD, 2005); *neokantianismo* (PLUHAR, 1995) e o *contratualismo rawlsiano* (VANDEVEER, 1979; ROWLANDS, 1998). Já outros autores (CLARK, 1977; SAPONTZIS, 1987) defenderam os animais combinando várias perspectivas da ética. Para uma comparação entre várias dessas abordagens, ver *Ética Animal* (2015f) e Cunha (2022b).

Isso tudo mostra que a divergência fundamental entre consideração pelos animais e ambientalismo se dá quanto a aquilo que é almejado. Ou seja, não é que possuem a mesma meta e discordam dos meios para alcançá-la: possuem metas completamente divergentes.

Uma vez tendo clareza sobre esse ponto, podemos passar a uma próxima questão: dependendo da situação, um mesmo meio poderia ajudar a alcançar ambas as metas? Se sim, o quão frequentes seriam essas ocorrências? Discutiremos isso no próximo capítulo.

3. Apesar das diferenças, defesa animal e ambientalismo convergem na prática?

Poder-se-ia pensar que, apesar das metas opostas, na prática a defesa dos animais e o ambientalismo andam sempre de mãos dadas. Por exemplo, por vezes é dito que, como os animais precisam do meio ambiente enquanto recurso, e o ambientalismo visa preservar o meio ambiente, então os defensores dos animais deveriam apoiar as medidas ambientalistas. Segundo essa visão o conflito é apenas na teoria, não na prática. Um problema com essa visão é não perceber que é possível preservar o meio ambiente nas mais distintas configurações, e que a configuração almejada pelo ambientalismo não é a melhor (ou sequer minimamente boa) para os animais.

Por exemplo, imaginemos que, se modificarmos a configuração natural de certo ecossistema, isso diminuirá o sofrimento e o número de mortes dos animais daqui para frente ao longo do tempo. Se nossa preocupação é com o bem dos animais, defenderemos tal modificação. Já as configurações valorizadas pelo ambientalismo variam de acordo com cada corrente ambientalista²⁴, mas nenhuma delas é centrada na preocupação com o bem dos animais. Por exemplo, configurações comumente valorizadas por perspectivas ambientalistas são: aquela que o ecossistema exibia antes da primeira intervenção humana; que apresenta apenas animais e plantas de espécies nativas; que contém as espécies mais raras; que apresenta maior grau de propriedades estéticas; que apresenta maior grau de biodiversidade etc.²⁵ Ambientalistas defenderão manter os ecossistemas nessas configurações, mesmo que isso aumente o sofrimento e as mortes dos animais ao longo do tempo.

Por exemplo, ao avaliar qual tipo de vegetação é melhor que esteja presente em determinado ecossistema, uma ética baseada na senciência seria guiada por um critério como "qual delas resulta em menor quantidade de sofrimento e mortes prematuras para os animais afetados ao longo do tempo?". Já uma posição ambientalista seria guiada por critérios como "qual delas é a vegetação nativa?", "qual é mais rara?" ou "qual aumenta a biodiversidade?" e assim por diante, independentemente de se isso é melhor ou pior para os animais que ali se encontram.

É possível que em vários casos ambas as coisas coincidam. Entretanto, isso não será assim em muitos outros casos. Por essa razão, se nosso objetivo é o bem dos animais, não devemos nos

²⁴ Para uma introdução às muitas variantes do ambientalismo, ver Hargrove (1992) e Zimmerman et. al. (1993).

²⁵ Para uma comparação e avaliação dessas posições, ver Cunha (2022b, p. 195-217).

guiar por critérios ambientalistas, e sim por critérios que indiquem *diretamente* o quão bem ou mal os animais estarão²⁶. Isso poderia ser informado pelo campo da *biologia do bem-estar*. A biologia do bem-estar é uma proposta de campo de pesquisa que estudaria os animais em seus ecossistemas do ponto de vista do que os poderia afetar positiva ou negativamente enquanto indivíduos sencientes que possuem um bem-estar²⁷. Veremos mais detalhes sobre a biologia do bem-estar no [capítulo 6](#).

²⁶ Para exemplos de métodos que visam revelar diretamente o quão bem ou mal estão os animais, ver Alonso; Paim (2017) e Gonçalves (2023).

²⁷ Sobre biologia do bem-estar, ver *Ética Animal* (2019a), Faria e Horta (2020) e Soryl et. al. (2021).

4. A divergência não está no foco no curto ou longo prazo

Considere a seguir dois tipos diferentes de intervenções que afetam os [animais que se encontram na natureza](#)²⁸ e duas crenças comuns, porém equivocadas, em relação a ambas.

(1) Existem programas ambientalistas que envolvem matar um grande número de animais selvagens em nome da preservação da biodiversidade e do equilíbrio ecológico²⁹. Uma visão comum consiste em pensar que essas intervenções prejudicam alguns animais agora para evitar um prejuízo ainda maior para muitos animais em longo prazo.

(2) Em contraste, existem [propostas para ajudar os animais selvagens que são focadas na preocupação com o bem dos próprios animais](#), e não em metas ambientalistas³⁰. Uma visão comum consiste em pensar que essas propostas beneficiam alguns animais agora e negligenciam o risco de isso aumentar ainda mais o sofrimento e as mortes em longo prazo.

De acordo com essas duas crenças comuns, ambas as perspectivas possuem a mesma meta (beneficiar os animais) e a diferença entre elas seria que uma leva em conta o impacto de longo prazo das ações e a outra não. Perceberemos a razão pela qual ambas as crenças são equivocadas se repararmos em quais critérios seriam utilizados por defensores dos animais e por ambientalistas para avaliar o quão boa ou ruim seria a história completa do mundo³¹. Dessa maneira, evitaremos qualquer confusão que possa surgir em relação ao que cada uma dessas perspectivas almeja em curto e em longo prazo.

Defensores dos animais avaliarão o quão boa ou ruim é a história completa do mundo com base em como os seres sencientes são afetados positiva ou negativamente. Já as perspectivas ambientalistas a avaliarão de acordo com o grau com que os ecossistemas exibem características como complexidade, diversidade, raridade, propriedades estéticas, no quão bem representam certos ideais, se contêm ou não somente membros de espécies nativas, no

²⁸ Uma análise detalhada da situação dos animais na natureza pode ser encontrada em Cunha (2018; 2022a) e *Ética Animal* (2023 [2020]; 2016a).

²⁹ Para exemplos, ver nota 19.

³⁰ Para uma fundamentação dessa proposta, ver Cunha (2018; 2022a). Para exemplos práticos, ver *Ética Animal* (2023 [2020]).

³¹ Para uma defesa da importância de se levar em conta histórias completas de mundo nas deliberações éticas, ver *Ética Animal* (2018) e O'Brien (2023).

quão pouco foram transformados por humanos etc.³² No ambientalismo essas características são valorizadas *em si* (e não, *instrumentalmente* para garantir o bem dos animais).

Isso significa que o ambientalismo diria que, se uma história completa de mundo apresentar em maior grau os ecossistemas naquelas configurações, então ela é melhor, mesmo que seja muito pior para os animais (por exemplo, mesmo que contenha muito mais sofrimento e mortes prematuras, menos vidas positivas etc.).

Assim sendo, o objetivo das práticas ambientalistas de extermínio de animais selvagens não é prevenir que mais sofrimento e mortes prematuras ocorram dali para frente. O objetivo é garantir que os ecossistemas exibam aquelas propriedades, mesmo que isso aumente a quantidade de sofrimento e de mortes dali para frente.

Por outro lado, nos programas de ajuda aos animais selvagens que são motivados por preocupação com os próprios animais, o que é almejado é justamente garantir que, dali para frente, ocorra a melhor história de mundo para os animais afetados. Portanto, é também equivocada a crença de que a proposta de ajudar os animais selvagens ajuda alguns animais agora e negligencia o impacto de tais ações em longo prazo.

Em resumo, os programas de ajuda aos animais selvagens que são motivados por preocupação com o bem dos próprios animais almejam exatamente aquilo que o senso comum acredita equivocadamente que é almejado pelo ambientalismo: que haja menos sofrimento e mortes prematuras dali para frente. Essa crença equivocada sobre o que é almejado por cada uma dessas perspectivas é um dos fatores que conduzem várias pessoas a rejeitarem a proposta de ajudar os animais e a aceitarem as medidas ambientalistas.

³² Para as muitas variantes do ambientalismo, ver Hargrove (1992) e Zimmerman et. al. (1993).

5. Equilíbrio ecológico e biodiversidade coincidem com o melhor para os animais?

Como vimos no [capítulo 4](#), muitos programas ambientalistas são conduzidos em nome da preservação do equilíbrio ecológico e da biodiversidade. Vimos também que vários desses programas envolvem o extermínio de animais. Neste capítulo abordaremos outra crença que colabora para a aceitação por parte de defensores dos animais de programas desse tipo: a de que equilíbrio ecológico e biodiversidade coincidem com o que é melhor para os animais.

Essa crença também é um dos fatores que contribui para que o ambientalismo seja frequentemente confundido com a consideração pelos animais. Em resumo, há pessoas que acreditam que equilíbrio ecológico e biodiversidade coincidem com o que é melhor para os animais; essas pessoas percebem que uma das metas ambientalistas é preservar o equilíbrio ecológico e a biodiversidade; então essas pessoas concluem que o ambientalismo almeja o melhor para os animais.

A crença de que equilíbrio ecológico e biodiversidade coincidem com o que é melhor para os animais é equivocada. Como explicado a seguir, é possível que uma situação tenha um alto grau de biodiversidade ou de equilíbrio ecológico, mas também seja muitíssimo ruim para os animais.

A noção de equilíbrio ecológico diz respeito a uma certa estabilidade em relação a um estado tomado como referência³³. Geralmente esse conceito é utilizado em relação à variação no

³³ Ao contrário da crença comum, a noção de equilíbrio ecológico não é tecnicamente utilizada em ecologia. O termo técnico mais aproximado seria *estabilidade*. Contudo, este também não possui uma definição precisa e, por essa razão, tem sido também abandonado entre os especialistas. Grimm e Wissel (1997), ao revisarem a literatura acadêmica em ecologia, encontraram 163 definições distintas (muitas delas contraditórias entre si) do termo estabilidade. Lévêque (2003, p. 224-6) aponta que tentativas de defini-lo concluíram que ele é muito complexo para ser definido precisamente (pois é um aglomerado de muitos outros conceitos) e precisa ser partido em conceitos menores, como *resiliência* (a capacidade de um ecossistema de retornar à sua estrutura primitiva depois de uma perturbação); *elasticidade* (a velocidade desse retorno); *amplitude* (o escopo máximo de perturbação que ainda permite um retorno ao estado original); *resistência ou persistência* (a capacidade de um ecossistema de permanecer constante ou manifestar uma resposta a variações ambientais) e *irreversibilidade* (quando um ecossistema não pode retornar por meio de processos naturais a um estado anterior). Tais conceitos são uma versão moderna da noção de equilíbrio ecológico. Contudo, a conclusão do autor é que também nenhum desses conceitos pode ser definido com precisão de tal maneira que seja realmente operacional. Uma das razões para isso é que qualquer ponto no tempo referente a um estado no qual se encontra um ecossistema pode ser tomado como referência, e também qualquer período de tempo pode ser tomado como frequência para novas medições visando averiguar se o ecossistema está ou não estável. Isso implica que, dependendo do ponto tomado como referência e da frequência de medição, um mesmo resultado poderá ser considerado equilibrado/estável ou não, o que é arbitrário. Grimm e Wissel (1997, p. 323-4) concluíram que o termo estabilidade é o mais nebuloso de toda a ecologia, sendo tão ambíguo a ponto de ser inútil, e que poderia ser substituído por “permanece essencialmente não modificado”, “retorna ao estado tomado como referência depois de uma perturbação” e por

tamanho das populações, mas, poderia sê-lo em relação a qualquer outro fator (por exemplo, o nível de água de um rio). Já a noção de biodiversidade diz respeito à variedade de espécies. Nenhuma dessas noções é baseada naquilo que é melhor para os seres sencientes (nem possui relação direta alguma com isso). Em outras palavras, há situações que são equilibradas e nas quais há alto grau de biodiversidade que podem ser terrivelmente ruins para os animais³⁴. Veremos um exemplo disso a seguir.

Os animais da maioria das espécies têm ninhadas gigantescas. Dependendo da espécie, são milhares ou mesmo milhões de filhotes (algo comum em anfíbios, répteis, peixes e invertebrados em geral). Em períodos de aproximada constância populacional (portanto, em situações equilibradas segundo a definição acima) é possível medir a taxa de mortalidade prematura a partir do tamanho da ninhada: se uma população permaneceu aproximadamente constante durante algumas gerações, então em média sobreviveu apenas um descendente por adulto (isto é, dois por ninhada). Todo o restante dos filhotes (milhares, milhões) teve uma curta existência, geralmente repleta de sofrimento³⁵. Essa é uma situação equilibrada, mas nela são maximizados o sofrimento e as mortes prematuras. As situações nas quais há biodiversidade também normalmente apresentam esse mesmo resultado.

Poderia ser objetado que, se houvesse menor equilíbrio ou menos biodiversidade, então o sofrimento e as mortes prematuras seriam ainda maiores. Entretanto, não há necessariamente essa correlação. Tudo dependerá de como o maior ou menor grau de equilíbrio ou de biodiversidade afetam outros fatores que influenciam diretamente no bem-estar dos seres sencientes. Por exemplo, dependerá de se resultam em uma maior quantidade de nascimentos em espécies cuja maioria de seus membros têm vidas repletas de sofrimento ou em espécies cujos membros têm mais chances de terem vidas positivas. Dependerá também de como afetam fatores como disponibilidade de alimentos e de abrigo e a quantidade de doenças e conflitos entre os animais. Não há nenhuma correlação direta entre maiores níveis de equilíbrio ecológico ou de biodiversidade com a prevalência de vidas positivas sobre as negativas, e de vidas longas sobre as curtas.

“a persistência ao longo do tempo de um sistema ecológico”, dependendo do que se quer expressar com o termo. Além disso, a estabilidade que é imaginada no senso comum nunca foi uma realidade na natureza. Sobre esses pontos, ver Grimm;Wissel (1997) e Lévêque (2003, p. 202-44).

³⁴ Para uma análise detalhada dessa questão, ver Cunha (2022a, p. 250-4).

³⁵ Sobre isso, ver Ética Animal (2015b). Para uma análise detalhada, ver Horta (2010e) e Cunha (2018; 2022b).

Em resumo: equilíbrio ecológico e biodiversidade apenas coincidentemente poderiam resultar em algo melhor para os animais, e muitas vezes resultam em situações altamente negativas para eles. Portanto, se o objetivo é conseguir o melhor estado de coisas para os animais não devemos centrar nossa análise no grau de biodiversidade ou de equilíbrio, e sim, investigar *diretamente* como os animais são afetados positiva ou negativamente. Isso é algo que poderia ser feito pelo campo da [biologia do bem-estar](#)³⁶, que veremos em mais detalhes no próximo capítulo.

³⁶ Sobre biologia do bem-estar, ver *Ética Animal* (2019b). Para uma introdução mais detalhada, ver Faria e Horta (2020). Para exemplos de métodos que avaliam diretamente o quão bem ou mal estão os animais, ver Alonso; Paim (2017) e Gonçalves (2023).

6. Defesa dos animais e ambientalismo: a divergência é ética, e não, científica

Os ambientalistas precisam se basear nos conhecimentos provenientes da ecologia e de outras ciências relacionadas para alcançar suas metas. Por conta disso, existe uma ideia de que, para se utilizar o conhecimento existente nessas áreas e para se obter novos conhecimentos nelas, é necessário adotar uma postura ambientalista. Segundo essa visão, os [programas que visam ajudar os animais selvagens](#), se tiverem como meta garantir o bem dos próprios animais³⁷ (e não, indiretamente, uma meta ambientalista), não poderiam ser cientificamente informados.

Essa ideia é equivocada. A ecologia lida com categorias como espécies e ecossistemas, mas isso não implica que, para se obter conhecimento em ecologia ou para se utilizar o conhecimento já existente, seja necessário incorporar uma perspectiva que valoriza *em si* entidades como espécies ou ecossistemas, e não os indivíduos sencientes. Uma coisa é o conhecimento científico, *descritivo*; outra coisa são as metas *normativas* que guiam o uso desse conhecimento e a busca por novos conhecimentos³⁸.

Não são apenas as intervenções que possuem metas ambientalistas que podem ser bem informadas cientificamente. Pensar que sim é confundir a *ecologia* com o *ambientalismo*. A ecologia é a *ciência* que *descreve* como se dão as interações nos ecossistemas. Já o ambientalismo é a *visão normativa* que defende que o que possui *valor em si* são entidades não sencientes como espécies e ecossistemas, e não os seres sencientes. O conhecimento científico é descritivo e, como tal, é possível de ser utilizado pelas mais variadas posições normativas para alcançar diferentes metas. O ambientalismo é apenas uma dessas posições.

O conhecimento proveniente da ecologia de áreas relacionadas é predominantemente utilizado para alcançar metas antropocêntricas e ambientalistas. Entretanto, poderia ser utilizado igualmente para tentar alcançar a meta de diminuir o sofrimento e as mortes dos animais. Aliás, muito mais conhecimento nessas áreas seria buscado se os animais recebessem consideração moral, pois então haveria um interesse em se descobrir como os animais são afetados positiva ou negativamente de acordo com o que acontece nos ecossistemas (algo que não ocorre – ou ocorre em muito menor medida – se os bem dos animais não é valorizado em

³⁷ Para a fundamentação da proposta de ajudar os animais selvagens por preocupação com o próprio bem desses animais, ver Cunha (2018; 2022a) e Ética Animal (2023 [2020]).

³⁸ Para uma discussão sobre essa questão, ver Faria (2015).

si). Essa é uma das razões pelas quais está sendo proposta a criação do campo da [biologia do bem-estar](#)³⁹. Veremos mais sobre esse campo a seguir.

A *biologia do bem-estar* tem como foco investigar como os animais em seus ecossistemas são afetados positiva e negativamente enquanto seres sencientes que possuem um bem-estar. É, portanto, diferente da *biologia da conservação*⁴⁰, que estuda os animais enquanto componentes da ecossistemas ou exemplares de espécies. Também é diferente da *conservação compassiva*⁴¹, que estuda os animais do ponto de vista da conservação mas evitando prejudicá-los nessa busca. Por fim, também é diferente do *bem-estar da conservação*⁴², que investiga como promover o bem-estar dos animais quando medidas conservacionistas são implementadas. O conhecimento proveniente dessas outras áreas pode ser útil à biologia do bem-estar (e vice-versa), mas o foco de cada um desses campos é diferente. O que difere essencialmente a biologia do bem-estar de todos esses outros campos é que ela estuda o modo como os animais são afetados positiva ou negativamente enquanto seres sencientes que possuem um bem-estar independentemente de isso servir ou não à propósitos conservacionistas.

A biologia do bem-estar envolveria em conjunto conhecimentos provenientes de várias outras disciplinas, como a ecologia, a ciência do bem-estar animal, a zoologia, a etologia e a ciência veterinária. Trata-se de um campo *crossdisciplinar* de pesquisa, que é algo diferente de campos interdisciplinares e transdisciplinares. Isso será explicado em mais detalhes a seguir.

Quanto à sua disciplinaridade, os tipos de pesquisa são normalmente classificados como⁴³: (1) *intradisciplinares* (quando a pesquisa é feita dentro de uma única disciplina); (2) *multidisciplinares* (quando várias disciplinas oferecem diferentes perspectivas sobre um problema); (3) *interdisciplinares* (quando é feita uma integração e síntese de conhecimentos e métodos de várias disciplinas); (4) *transdisciplinares* (quando cria-se uma estrutura que vai além das várias disciplinas envolvidas) e (5) *crossdisciplinares* (quando uma ou mais disciplinas são vistas a partir da perspectiva de outra). A biologia do bem-estar é *crossdisciplinar* porque cada disciplina envolvida seria conduzida a partir do foco em

³⁹ Sobre biologia do bem-estar, ver *Ética Animal* (2019b); Faria; Horta (2020) e Soryl et al. (2021).

⁴⁰ Sobre biologia da conservação, ver Soulé (1986).

⁴¹ Sobre conservação compassiva, ver Bekoff (2013).

⁴² Sobre bem-estar da conservação, ver Beausoleil (2020).

⁴³ Para a classificação das formas de pesquisa quanto à sua disciplinaridade, ver Stember (1991, p. 4).

investigar como os animais são afetados positiva ou negativamente enquanto seres sencientes que possuem um bem-estar.

Tudo o que vimos acima indica claramente que a perspectiva normativa que valoriza em si o bem dos animais enquanto seres sencientes (e, por conseguinte, a meta de prevenir e minimizar o seu sofrimento e suas mortes prematuras) pode ser tão cientificamente bem informada quanto qualquer outra perspectiva normativa.

7. Por que o respeito pelos animais é confundido com o ambientalismo?

Vimos nos capítulos anteriores que a consideração pelos animais e o ambientalismo possuem metas divergentes que na prática muitas vezes conflitam. Vimos também que, apesar disso, essas perspectivas são frequentemente confundidas umas com as outras. Neste capítulo veremos um resumo sobre os vários fatores que contribuem para essa confusão.

(1) A maioria das pessoas desconhece as bases nas quais está fundado o ambientalismo e quais são realmente as metas dessa posição. Isso ocorre simplesmente porque não costumam ler aquilo que é proposto pela posição que simpatizam. Por exemplo, a maioria das pessoas desconhece que representantes proeminentes de correntes diversas de ambientalismo, como holismo⁴⁴, ecologia profunda⁴⁵ e ecologia social⁴⁶ se posicionam frequentemente contra a consideração moral dos animais não humanos⁴⁷. Também desconhecem que a exploração animal é tipicamente defendida por muitos dos principais autores ambientalistas⁴⁸ e por diversas das principais organizações ambientalistas⁴⁹. Ao fazerem isso esses autores e essas organizações ambientalistas não estão sendo incoerentes em relação aos princípios que defendem. Muito pelo contrário: se posicionam contra a consideração pelos animais porque os princípios ambientalistas que defendem não valorizam em si o bem dos animais.

Além disso, há outras posições ambientalistas que não implicam necessariamente a desconsideração pelos animais ou uma postura especista, mas que vários de seus representantes defenderam posturas especistas antropocêntricas, como é o caso do biocentrismo⁵⁰ e do ecofeminismo⁵¹. Entretanto, muitas pessoas, por não lerem o que os proponentes de uma posição defendem, tendem a pressupor que necessariamente tratam-se de posições que dão consideração moral plena a todos os seres sencientes.

⁴⁴ Para exemplos, ver Callicott (1980, 1990, p. 103, 1992, p. 146-7, 1998; 2000, p. 211) e Leopold (2000 [1949], p. 135).

⁴⁵ Para exemplos, ver Devall e Sessions (1985); Fox (1995) e Næss (1989, p. 167, 170; 1999, p. 148).

⁴⁶ Ver, por exemplo, a visão defendida por Bookchin (1994).

⁴⁷ Para exemplos adicionais, ver Hettinger (1994, p. 13-4); Linkola (2009); Rolston (1999, p. 260-1); Varner (1991, p. 177) e Wenz (1998, p. 308).

⁴⁸ Para exemplos, ver nota 16.

⁴⁹ Para exemplos, ver notas 11 e 12.

⁵⁰ Para exemplos, ver Schweitzer (1962 [1923] p. 354) e Varner (2002, p. 79).

⁵¹ Por exemplo, Plumwood (1993) e Warren (2000a, p. 220; 2000b) discutem o especismo antropocêntrico, mas não o rejeitam, e as posições de Shiva (1992) e Holland-Cunz (1996[1994]) são centradas nos interesses humanos em conservar certos ecossistemas. Dentre as ecofeministas que, de fato, questionam o antropocentrismo, podemos citar Adams (1994) e Donovan (2006).

(2) Ambientalistas tendem a colocar a questão em termos de "preservar ou destruir o meio ambiente", o que esconde que é possível preservá-lo em várias configurações distintas. Por exemplo, podemos almejar preservar o meio ambiente na configuração que mais beneficiar os seres sencientes (e, como vimos no [capítulo 3](#), isso não necessariamente coincidirá com aquelas configurações almejadas pelo ambientalismo).

Colocar as coisas em termos da falsa dicotomia "preservar ou destruir", além de esconder que é possível preservar o meio ambiente nas mais variadas configurações, pode dar a entender equivocadamente que, se não compartilhamos dos valores ambientalistas, então não nos preocupamos com os efeitos das práticas humanas sobre o meio ambiente. Isso é simplesmente falso. Podemos rejeitar os valores ambientalistas e nos preocuparmos igualmente com essas questões por estarmos preocupados com o impacto sobre os seres sencientes.

(3) A crença equivocada de que biodiversidade e equilíbrio ecológico necessariamente coincidem com a melhor situação para os animais. Como vimos no [capítulo 5](#) esses conceitos referem-se, respectivamente, à variedade de espécies e à permanência de um ecossistema dentro de uma faixa de variação que ainda permite o retorno a um ponto anterior, tomado como referência⁵². Vimos também que nenhum desses conceitos indica os níveis de bem-estar dos animais. Em outras palavras, é possível que uma situação contenha alto grau de biodiversidade e de equilíbrio e tenha um saldo altamente negativo para os animais (e é também possível que seja pior para os animais do que outra que contém menor biodiversidade ou equilíbrio).

Entretanto, como as medidas ambientalistas são conduzidas frequentemente em nome da biodiversidade e do equilíbrio ecológico, e no senso comum muitas pessoas associam esses conceitos a uma melhor situação para os animais, esse é um dos fatores que pode conduzir as pessoas a confundirem o ambientalismo com a consideração pelos animais.

(4) A confusão entre ecologia e ambientalismo. Como vimos no [capítulo 6](#), a *ecologia* é a *ciência* que descreve como se dão as interações nos ecossistemas. Já o *ambientalismo* é a *posição normativa* que defende que certas entidades não sencientes possuem valor em si. Há

⁵² Para a definição desses conceitos, ver Grimm e Wissel (1997) e Lévêque (2003).

uma diferença entre o conhecimento *descritivo* e as metas *normativas* que guiam a aplicação do conhecimento já existente e a busca por novos conhecimentos. Para se buscar novos conhecimentos em ecologia (e para se utilizar o conhecimento já existente) não é necessário adotar o ambientalismo enquanto postura normativa. Tais conhecimentos poderiam ser utilizados com a meta de beneficiar os próprios animais.

Como também é possível utilizar o conhecimento proveniente da ecologia para beneficiar os animais, e como o ambientalismo é confundido com a ecologia, isso por vezes também contribui para a confusão entre defesa dos animais e ambientalismo.

(5) As intervenções ambientalistas por vezes beneficiam alguns animais. Isso pode dar a entender que o ambientalismo valoriza *em si* o bem dos animais. Entretanto, nesses casos os animais são ajudados pelos programas ambientalistas somente porque fazê-lo é um *meio* para alcançar outras metas, como a preservação de certas espécies ou manter o ecossistema em uma determinada configuração. A prova de que a meta do ambientalismo não é o bem dos animais é que, quando os animais são membros de espécies que não estão em risco de extinção, os ambientalistas não veem normalmente nada de errado em matá-los, e quando são membros de espécies classificadas como invasoras os ambientalistas conduzem programas de extermínio⁵³.

É claro, existem muitas pessoas que, para além de serem ambientalistas, também são favoráveis à consideração moral dos animais não humanos. Essas pessoas mantêm, portanto, uma *posição híbrida*, que combina princípios ambientalistas com princípios centrados na ciência. O fato de haver pessoas que, para além de serem ambientalistas, também consideram os animais, pode ajudar a conseguir que ambientalistas promovam [intervenções que beneficiem os animais](#) e para que não promovam [aquelas que prejudicam os animais](#). Entretanto, isso não significa que o ambientalismo como tal considere os animais, pelas razões já vistas. O que acontece, nesses casos, é que essas pessoas estão combinando outra ideia (a consideração pelos animais) com o ambientalismo.

(6) Frequentemente, quando o ambientalismo conduz programas de extermínio de animais, o público entende equivocadamente que essa é a única saída para garantir que, dali para frente,

⁵³ Para exemplos, ver nota 19.

não haja ainda mais sofrimento e mortes prematuras de animais. Em resumo, o público entende equivocadamente que tanto a defesa dos animais quanto o ambientalismo possuem como meta o melhor mundo para os animais, mas que discordam dos meios para alcançar esse resultado. Como vimos, em detalhes no [capítulo 2](#), a meta do ambientalismo não é o bem dos animais.

Um ponto que contribui para essa confusão é que, como vimos no [item 2.2](#), frequentemente a afirmação de que "a defesa dos animais *foca no indivíduo* e o ambientalismo *foca no todo*" é entendida equivocadamente como significando que defensores dos animais priorizam o bem de um indivíduo frente a uma maioria, e que o ambientalismo prioriza a maioria dos seres sencientes frente a uma minoria. Segundo essa interpretação, os programas ambientalistas matam animais apenas porque isso é necessário para salvar um número ainda maior de animais. Essa interpretação é equivocada, pois o que a frase quer dizer é que a defesa dos animais é centrada na consideração por indivíduos, seres sencientes, e que o ambientalismo valoriza *em si* totalidades não sencientes, como espécies e ecossistemas (e não, os membros das espécies ou os habitantes dos ecossistemas). Os programas ambientalistas de matança de animais não tem como meta salvar seres sencientes, seja a maioria ou a minoria. No ambientalismo, o centro da consideração moral são entidades não sencientes.

(7) Quando ambientalistas conduzem [matanças de animais que são membros de espécies classificadas como invasoras](#)⁵⁴, por vezes o público entende que são animais que estão a invadir algum local (o que não justifica a matança, mas torna mais fácil que o público a aceite). Entretanto, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) define espécie invasora como "uma espécie exótica que se estabelece em um ecossistema ou habitat natural ou seminatural, é um agente causador de mudanças e ameaça a diversidade biológica nativa"⁵⁵. Ou seja, o termo faz referência à origem *da espécie*, e não, à origem de seus membros. Portanto, um animal de uma espécie invasora pode ter nascido no local onde se encontra. Esse é geralmente o caso, pois a inserção da espécie em um local que não é o seu território natural de distribuição normalmente foi feita há muitas gerações. Discutiremos essa questão em mais detalhes no [capítulo 8](#).

⁵⁴ Ver nota anterior.

⁵⁵ Ver: <https://www.cbd.int/invasive/terms.shtml>. Acessado em 05 mar. 2022.

(8) Ambientalistas utilizam termos que contribuem para que os animais que serão mortos sejam vistos como vilões (por exemplo, normalmente são chamados de *pragas* ou de *ameaças*). Além disso, costumam destacar os prejuízos que os animais que serão mortos causam a outros animais das espécies que os ambientalistas valorizam⁵⁶. Isso pode dar a entender que a meta ambientalista é diminuir a taxa de sofrimento e mortes totais. Entretanto, na retórica ambientalista não são mencionados os danos causados pelos animais das espécies que os ambientalistas valorizam, nem os danos que sofrem os animais que serão o alvo da matança. Se a preocupação fosse com o bem dos animais, danos de igual magnitude receberiam igual peso, independentemente de se são sofridos ou causados por membros de uma espécie rara ou abundante, nativa ou invasora etc. Definitivamente, isso não é o que acontece nas intervenções ambientalistas.

Esses são alguns dos principais fatores na base da confusão entre consideração pelos animais e ambientalismo. Essa confusão conduz frequentemente os defensores dos animais a aprovarem práticas ambientalistas extremamente prejudiciais aos animais, justamente por pensarem que a meta de tais práticas é beneficiar os animais.

⁵⁶ Para uma análise crítica sobre a retórica ambientalista, ver Genovez (2023). Para exemplos dessa retórica por parte de ambientalistas, ver Davis (2018) e também a posição de Brent Beaven, coordenador de um programa de extermínio de animais exóticos, entrevistado por Roy (2020).

8. O que é almejado com os programas ambientalistas de extermínio?

Não é incomum que programas ambientalistas ao redor de todo o mundo conduzam extermínios em massa de animais de espécies classificadas como invasoras⁵⁷. Frequentemente esses programas são apoiados pelo público devido à crença de que sua meta é garantir que, dali para frente, não aconteça algo ainda pior para os animais. Vimos em capítulos anteriores que não é isso que tais programas almejam, pois diminuir sofrimento e mortes não é uma das metas do ambientalismo. Neste capítulo investigaremos o que realmente é almejado por tais programas.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) define espécie invasora como "uma espécie exótica que se estabelece em um ecossistema ou habitat natural ou seminatural, é um agente causador de mudanças e ameaça a diversidade biológica nativa"⁵⁸. Observe que essa definição é sobre a origem da espécie, e não sobre a origem de seus membros. Isso significa que um animal de uma espécie invasora pode ter nascido no local em que se encontra (como veremos mais adiante, geralmente esse é o caso). A seguir veremos o exemplo de um caso que ilustra o que pode ser considerado como ameaça à diversidade biológica nativa de acordo com essa definição (pois esse é um dos fatores-chave para classificar uma espécie como invasora).

O caso do programa de extermínio dos patos-de-rabo-alçado-americanos no sul da Europa⁵⁹ oferece um bom exemplo para ilustrar o que é almejado pelo ambientalismo com programas desse tipo. O pato-de-rabo-alçado (*Oxyura leucocephala*) é uma espécie nativa da Europa, e é considerada ameaçada de extinção. Já a espécie pato-de-rabo-alçado-americano (*Oxyura jamaicensis*) foi introduzida pelos humanos na Europa na década de 1950, e não está em risco de extinção. A única característica que distingue os membros dessas espécies é a cor das penas da cabeça. Nesse caso, o que motivou as políticas de matança foi o fato de que os *Oxyura jamaicensis* se entrecruzaram ao longo dos anos com os *Oxyura leucocephala* e nos descendentes híbridos prevaleceu a cor das penas da cabeça da espécie de origem americana, e não a cor da espécie nativa.

⁵⁷ Para exemplos, ver nota 19.

⁵⁸ Ver: <https://www.cbd.int/invasive/terms.shtml>. Acessado em 05 mar. 2022.

⁵⁹ Para o programa de extermínio, ver Council of Europe (2020). Para uma crítica a esse tipo de prática, ver Shelton (2004) e Faria (2011, 2012).

Isso foi considerado uma ameaça à biodiversidade porque a hibridização foi vista como contribuindo para a extinção da espécie nativa. Contudo, o que foi classificado como ameaça à biodiversidade e como contribuição para extinção nesse caso foi simplesmente o fato de a cor da espécie nativa não prevalecer nos descendentes (e não, como poderia ser entendido à primeira vista, mortes de membros da espécie nativa). Foi então conduzido um programa para matar todos os patos da espécie *Oxyura jamaicensis* e também todos os patos híbridos.

Fica muito claro então que o programa não tinha como objetivo alcançar uma redução do sofrimento e das mortes dos animais. Na verdade, o programa aumentou muito o sofrimento e a quantidade de mortes. Qual é então a meta que os ambientalistas visavam alcançar com esse programa de extermínio? Nesse caso, não poderiam apelar a uma preocupação com o equilíbrio ecológico, pois a função ecológica, seja dos patos europeus, americanos ou híbridos, é exatamente a mesma. Essa prática também não parece fazer sentido do ponto de vista da biodiversidade, pois havendo apenas os patos europeus há uma menor quantidade de espécies do que se houver os patos americanos e os híbridos.

Esse ponto mostra que a meta foi conseguir que houvesse no local somente os membros das espécies valorizadas pelo ambientalismo (por exemplo, as espécies nativas⁶⁰, ou as que exibem características admiradas pelos ambientalistas⁶¹). O objetivo da matança, nesse caso, foi evitar a hibridização e manter a espécie nativa "pura". Na visão ambientalista, essa é uma meta tão importante que justifica matar uma enorme quantidade de seres sencientes.

Metas como essa seriam amplamente consideradas hediondas se fossem aplicadas no caso humano. Por exemplo, os programas nazistas de extermínio baseados no ideal de pureza racial são amplamente citados como um exemplo paradigmático de prática hedionda. Na verdade, a vasta maioria dos próprios ambientalistas rejeita fortemente a aplicação de suas medidas a seres humanos, mantendo-as somente quando as vítimas seriam animais não humanos⁶². Isso mostra que, na vasta maioria das vezes, os ambientalistas combinam o princípio ambientalista

⁶⁰ Considere outro exemplo. O governo da Nova Zelândia investiu 790 mil dólares neozelandeses no desenvolvimento de um novo drone com a finalidade de envenenar animais considerados exóticos invasores. A justificativa oferecida foi "restaurar a natureza para que *as espécies nativas* possam crescer e prosperar" (grifo meu). Sobre isso, ver Roy (2020). Para uma crítica, ver Genovez (2023).

⁶¹ Por exemplo, Rolston (1999, p. 260-1) defende matar animais que consomem ou pastam sobre flores raras.

⁶² Ver, por exemplo, Callicott (1990, p. 103; 1992, p. 146-7; 1998; 1999, p. 76; 2000, p. 211); Hettinger (1994, p. 13-4); Leopold (2000 [1949], p. 135); Næss (1989, p. 167, 170; 1999, p. 148); Rolston (1999, p. 260-1); Varner (1991, p. 177); Warren (2000a, p. 228) e Wenz (1998, p. 308).

com um princípio antropocêntrico, dando maior peso a este último, para não ter que aceitar para os humanos as implicações dos princípios ambientalistas que defendem.

Isso sugere fortemente que as práticas ambientalistas que envolvem o extermínio de animais não passam no [teste da imparcialidade](#), pois as pessoas que as aprovam só o fazem porque sabem que não serão suas vítimas. Uma vez que a imparcialidade é um dos requisitos centrais da justiça, isso mostra que não há como tais práticas serem justas.

9. O ambientalismo é antropocêntrico?

Nos capítulos anteriores vimos as diferenças entre ambientalismo e consideração pelos animais. Investigamos também alguns fatores que podem influenciar as pessoas a confundirem uma posição com a outra. No presente capítulo investigaremos uma questão relacionada: será o ambientalismo antropocêntrico?

Como veremos a seguir, o ambientalismo *por si só* não é antropocêntrico. O que ocorre é que a maioria dos proponentes do ambientalismo o combina com o antropocentrismo e dá maior peso a este último. Isso não significa, contudo, que se os princípios ambientalistas não forem combinados com antropocentrismo, então o resultado para os animais será positivo. Muito pelo contrário. Isso tudo será explicado em detalhes a seguir.

As posições ambientalistas tendem a se apresentar como sendo o oposto do antropocentrismo. Entretanto, os proponentes do ambientalismo que aprovam a chacina de animais não humanos para alcançar suas metas tipicamente condenam fazer o mesmo com humanos⁶³. Essa disparidade é no mínimo curiosa, pois a espécie humana é a maior de todas as ameaças às metas ambientalistas: está superpovoada, teria de ser classificada como espécie invasora na maior parte dos locais em que se encontra, é uma enorme ameaça ao equilíbrio ecológico, à preservação de ecossistemas, à biodiversidade etc.

Isso indica que quem mantém essa disparidade está a subordinar sua posição ambientalista ao especismo antropocêntrico. Isto é, essas pessoas, ainda que aceitem as metas ambientalistas, acreditam que o bem dos humanos é mais importante do que essas metas, diferentemente do bem dos animais não humanos. Essa é uma atitude *escancaradamente* especista antropocêntrica, pois coloca o bem dos humanos acima das metas ambientalistas e o bem dos animais não humanos abaixo. Entretanto, é a posição predominante entre os proponentes do ambientalismo⁶⁴.

Alguns raros ambientalistas defendem que os programas ambientalistas de extermínio deveriam ser aplicados também aos humanos. Por exemplo, Pentti Linkola, além de defender

⁶³ Para exemplos, ver nota 62.

⁶⁴ Ver os mesmos exemplos citados na nota 62.

o consumo de animais não humanos, também defendeu criar humanos para consumo⁶⁵ e elogiou o holocausto promovido pelos nazistas devido a contribuir para a manutenção do equilíbrio ecológico⁶⁶. Linkola foi um dos poucos ambientalistas que aplicou os princípios do ambientalismo sem subordiná-lo a princípios antropocêntricos.

Entretanto, a visão de Linkola é amplamente considerada repugnante pela vasta maioria das pessoas, incluindo a vasta maioria dos ambientalistas. Contudo, o problema com a posição de Linkola é fácil de ser percebido porque ela prejudica, além dos animais não humanos, também os humanos. Como as vítimas das posições dos outros ambientalistas são apenas os animais não humanos, a predominância do especismo antropocêntrico faz com que a maioria das pessoas não perceba que há exatamente o mesmo problema com o ambientalismo em geral: colocar as entidades não sencientes acima do bem dos seres sencientes.

O ponto é: a razão central para se rejeitar uma posição como a de Linkola implica em rejeitar também as práticas ambientalistas de matança de animais não humanos. A razão é esta: os seres sencientes, humanos e não humanos, [são prejudicados se sofrem](#) e também com a [morte](#), pois esta impede-os de ter experiências positivas. Nenhuma entidade não senciente é capaz de sofrer e de ser impedida de desfrutar de experiências positivas. Esses prejuízos são particularmente graves (por isso nos empenhamos muito em tentar evitá-los em nós mesmos). Essa razão explica por que o bem dos humanos deveria ser colocado acima das metas ambientalistas, mas implica ao mesmo tempo que há exatamente as mesmas razões para colocar o bem dos animais não humanos acima das metas ambientalistas.

Isso significa que há boas razões para rejeitarmos não apenas posições como a de Linkola (que são puramente ambientalistas e defendem o extermínio de animais não humanos e de humanos para alcançar as metas ambientalistas) mas também as posições da vasta maioria dos outros ambientalistas (que subordinam sua posição ambientalista a princípios antropocêntricos e defendem o extermínio apenas de animais não humanos para alcançar as metas ambientalistas). A razão central, como vimos, é que há razões para se priorizar os seres sencientes frente a entidades não sencientes.

⁶⁵ Linkola (2009, p. 101).

⁶⁶ Linkola (1979; 2000, p. 447).

10. Questionando os pressupostos ambientalistas

Muitas pessoas aceitam como óbvio que os programas ambientalistas de extermínio de animais estão justificados. Como vimos em capítulos anteriores, no caso de várias dessas pessoas isso ocorre devido à crença equivocada de que tais programas almejam reduzir o sofrimento e as mortes dos animais dali para frente. Entretanto, há também pessoas que sabem que a meta almejada por tais programas não é beneficiar os animais e que também dão como óbvio que tais programas são justificados. No presente capítulo discutiremos as teses que são implicitamente assumidas por esse segundo grupo de pessoas.

10.1. Entidades não sencientes possuem valor em si?

A primeira é a tese de que entidades não sencientes possuem valor *em si* (isto é, que possuem valor com total independência de como afetam os seres sencientes). Isso, por si só, já é altamente controverso. Em primeiro lugar porque conseguimos explicar o que são essas entidades (ecossistemas, espécies, biodiversidade, equilíbrio ecológico etc.) sem necessariamente ter que dizer que são algo bom *em si*. Isso mostra que ser bom em si não é uma característica necessária dessas coisas. Compare por exemplo com descrever o sofrimento e a felicidade. Nesse caso é impossível explicar o que são essas coisas sem citar como suas características centrais serem, respectivamente, negativo e positivo em si.

Em segundo lugar, o alegado valor daquelas entidades não sencientes não é algo que podemos comprovar por experiência direta. Comparemos novamente com a afirmação de que o sofrimento é ruim em si e que a felicidade é boa em si. Imagine que existissem seres de outros planetas capazes de experimentar sofrimento e felicidade mas que até agora nunca os experimentaram (até então todas as suas experiências foram neutras). Suponha que esses seres têm, então, dúvida sobre qual é negativo e qual é positivo, o sofrimento ou a felicidade. Nesse caso, para descobrir a resposta, tudo o que é necessário fazer é conhecerem (isto é, experimentarem) cada um deles⁶⁷. Em contrapartida, não há nada equivalente em relação a entidades não sencientes. Espécies, ecossistemas, biodiversidade, equilíbrio ecológico, nada disso possui a propriedade de ser experimentado como positivo em si uma vez que alguém os conhece.

⁶⁷ Isso seria dar uma *prova mostrativa* do desvalor do sofrimento e do valor da felicidade. Sobre o conceito de prova mostrativa, ver Dall'Agnol (2014, p. 222, 234).

O que vimos acima não mostra que necessariamente as entidades valorizadas no ambientalismo não possuem valor em si. Porém, mostra que o ônus da prova é de quem afirma que possuem tal valor.

10.2. Entidades não sencientes possuem mais valor do que os seres sencientes?

Quem aprova os programas ambientalistas de extermínio de animais assume implicitamente não apenas que as entidades não sencientes que esses programas visam proteger possuem valor em si. É necessário que assumam implicitamente também alguma das teses a seguir:

(A) Ou que são a única coisa que possui valor em si (isto é, que o bem dos seres sencientes não importa por si);

(B) Ou que, ainda que o bem dos seres sencientes importe por si, o valor dessas entidades não sencientes é tão maior que justifica causar sofrimento e morte a uma quantidade gigantesca de seres sencientes.

Como vimos, se a tese de que entidades não sencientes possuem valor em si já é bastante difícil de ser provada, essas teses adicionais o são ainda mais. Na verdade, no caso dessas teses adicionais, há fortes razões rejeitarmos ambas. Vejamos:

A razão principal para se rejeitar a tese A é que, se os seres que são literalmente passíveis de ser prejudicados e beneficiados não importarem em si, fica difícil explicar por que qualquer outro tipo de entidade importaria em si. Já quanto à tese B há razões para pensarmos exatamente o contrário do que ela afirma. Isto é, temos razões para se priorizar seres sencientes frente a entidades não sencientes. A razão principal é que apenas seres sencientes são alguém, e apenas seres sencientes são capazes de experimentar sofrimento e de a morte impedir-lhes de continuar a ter experiências. Esses são danos particularmente graves (basta lembrar o quanto nós mesmos nos empenhamos em evitar nosso próprio sofrimento e morte) que nenhuma entidade não senciente é capaz de padecer. Assim, mesmo que tivesse sido provado que entidades não sencientes possuem valor em si, ainda haveria razões para se priorizar os seres sencientes, pelo menos nas ocasiões onde os seres sencientes correriam risco de sofrer e/ou de morrer.

É por essa razão que, para sabermos que as práticas ambientalistas que envolvem extermínio de animais são injustificáveis, é completamente desnecessário adentrar no debate sobre se as entidades valorizadas no ambientalismo possuem valor em si. Isso porque, como vimos, mesmo que tivesse sido demonstrado que elas realmente possuem esse valor, ainda haveria razões para priorizarmos proteger os seres sencientes do sofrimento e da morte.

10.3. E se entidades não sencientes tiverem valor em si?

Se tivesse sido provado que as entidades valorizadas no ambientalismo possuem valor em si, alguns interesses dos seres sencientes teriam que ser limitados para preservar tais entidades. Entretanto, como vimos, isso não justificaria violar interesses básicos dos seres sencientes, como não sofrer e não morrer. Isso já é aceito pela maioria dos ambientalistas em relação a humanos. Defendem que certos interesses humanos devem ser limitados (como interesses recreativos, estéticos e econômicos) para alcançar as metas ambientalistas, mas não que está justificado causar sofrimento e morte a humanos. Assim, da mesma maneira, se tivesse sido demonstrado que as entidades não sencientes valorizadas no ambientalismo realmente possuem valor em si, isso justificaria limitar apenas interesses *não básicos* de animais não humanos para preservar tais entidades.

Além disso, é importante observar que nada do que foi dito acima mostra que então devemos acatar essa posição híbrida que valoriza tanto os seres sencientes quanto certas entidades não sencientes, dando prioridade aos interesses básicos dos seres sencientes. O que foi dito acima é que essa é a posição que se seguiria *se tivesse sido provado* que as entidades não sencientes valorizadas no ambientalismo realmente possuem valor em si. Mas, até que tal prova surja, temos razões para adotarmos uma ética baseada exclusivamente na consideração por seres sencientes.

10.4. Questionando os critérios ambientalistas para atribuição de valor

Também é possível questionar pelo menos alguns dos critérios que o ambientalismo utiliza para determinar se uma entidade possui ou não valor em si e o grau deste. Veremos a seguir três exemplos.

Uma das metas do ambientalismo é manter em cada local os animais das espécies nativas com as características que exibiam antes da primeira intervenção humana. Vimos no [capítulo 8](#) que a razão pela qual foi conduzido um programa de extermínio de patos-de-rabo-alçado na Europa é que os patos americanos estavam se entrecruzando com os patos nativos e a cor das penas da cabeça da espécie não nativa estava prevalecendo nos descendentes. Mas, então, poderíamos questionar várias coisas: "por que teria valor manter as espécies nativas da maneira como eram antes da primeira intervenção humana?"; "por que espécies nativas teriam mais valor do que espécies não nativas?"; "por que a hibridização faria uma espécie perder valor?"; "por que não simplesmente deixar a mistura ocorrer?" e assim por diante.

Também poderia ser apontado que o ambientalismo (pelo menos em muitas de suas formas) padece de um *viés anti humanos*, pois normalmente o que é almejado é fazer uma espécie ou ecossistema se manter no (ou retornar ao) estado que apresentava antes da primeira intervenção humana. É no mínimo curioso que ambientalistas defendam que humanos fazem parte da natureza, mas ao mesmo tempo defendam que a intervenção humana nos ecossistemas faz com que eles deixem de ser (ou sejam menos) naturais.

Também poderia ser questionado: "se certas entidades não sencientes tem valor em si, será que um mundo sem ser senciente algum, mas que contivesse essas entidades, teria realmente valor?".

Enfim, há muitas maneiras de se questionar os critérios utilizados pelo ambientalismo para a atribuição de valor. Na verdade, a maioria das pessoas simplesmente aceita os critérios ambientalistas porque eles normalmente são apresentados como óbvios, sem necessidade de justificativa. Mas, uma vez que pensamos claramente sobre esses critérios, vemos que eles são altamente controversos, para dizer o mínimo. A tendência que a maioria das pessoas possui, de não refletir sobre se os fundamentos das visões que adotam realmente fazem sentido, é um dos fatores que explica a alta aderência ao ambientalismo. Outro fator, como vimos, é a falta de clareza sobre o que realmente é almejado pelo ambientalismo.

10.5. Conclusão

Muitas pessoas dão como óbvio que os programas ambientalistas estão justificados, inclusive quando envolvem exterminar seres sencientes. Como vimos, por parte de algumas pessoas

isso ocorre porque acreditam equivocadamente que a meta de tais programas é prevenir que não ocorra algo ainda pior para os seres sencientes. Entretanto, por parte de outras pessoas há uma clareza de que a meta de tais programas não é essa, mas ainda assim, dão como óbvio que tais programas estão justificados.

Mas, então, essas pessoas estão a assumir que é óbvio não apenas que as entidades não sencientes valorizadas no ambientalismo possuem valor em si, mas também que esse valor é tão maior do que o valor do bem dos seres sencientes que justifica causar-lhes sofrimento e a morte. Vimos que a primeira tese já é altamente controversa e que, inclusive, há muitas maneiras de se questionar os critérios para atribuição de valor adotados pelo ambientalismo. Além disso, vimos que mesmo que tivesse sido demonstrado que as entidades não sencientes valorizadas no ambientalismo realmente possuem esse valor, ainda teríamos fortes razões para priorizar proteger os seres sencientes do sofrimento e da morte.

Tudo isso nos leva a concluir claramente que as práticas ambientalistas que causam sofrimento e/ou morte aos seres sencientes são completamente injustificáveis. Adicionalmente, o que vimos também nos dá razões para, até prova do contrário, adotarmos uma ética centrada unicamente na senciência.

11. Por que defensores dos animais relutam em reconhecer a divergência?

Nos capítulos anteriores vimos que muitas pessoas que se preocupam com os animais aceitam os programas ambientalistas por pensarem equivocadamente que a meta do ambientalismo é beneficiar os animais. Isto é, o ambientalismo é frequentemente confundido com a defesa dos animais. No [capítulo 7](#) investigamos várias possíveis explicações para o porquê de essa confusão existir e ser tão predominante. No presente capítulo investigaremos algo relacionado, porém diferente. Investigaremos alguns possíveis motivos pelos quais, mesmo depois de entender a oposição (teórica e prática) entre consideração pelos animais e ambientalismo, muitos defensores dos animais relutam em reconhecer essa divergência e continuam agindo como se ela não existisse.

11.1. O receio em contrariar o ambientalismo

Um dos principais fatores que conduz a uma relutância por parte de defensores dos animais em reconhecer a divergência é a crença de que, se alguém faz críticas ao ambientalismo, então está a defender que não devemos nos importar com os efeitos das práticas humanas sobre o meio ambiente, e que então tudo bem poluir, esgotar os recursos naturais, aumentar a degradação ambiental, fazer queimadas etc. Essa é uma das principais razões pelas quais qualquer crítica ao ambientalismo tende a ser inicialmente vista com maus olhos.

Como vimos no [capítulo 1](#) essa é uma confusão que existe porque a palavra ambientalismo é utilizada em vários sentidos diferentes. Por vezes é utilizada em referência à visão que defende uma preocupação com o meio ambiente enquanto recurso para os seres sencientes. Em outras vezes é utilizada em referência à visão que defende que certas entidades não sencientes possuem valor em si (e não enquanto recurso para os seres sencientes). Como explicitado no capítulo 1, foi neste segundo sentido que usamos o termo nesta obra, pois é essa visão que é confundida com a consideração pelos animais. Rejeitar o ambientalismo nesse segundo sentido não implica dizer que não devemos nos preocupar com questões que afetam o meio ambiente. Podemos nos preocupar tanto quanto, mas porque estamos preocupados com o modo como os seres sencientes serão afetados.

Entretanto, a maioria das pessoas não percebe esse ponto e, assim, o receio de que rejeitar o ambientalismo implique em não nos preocuparmos com a maneira como nossas ações afetam

o meio ambiente é um dos fatores na base para a relutância por parte de defensores dos animais em reconhecer a divergência entre ambientalismo e consideração pelos animais.

Além disso, por vezes essa confusão terminológica é utilizada propositalmente. Por exemplo, imaginemos que alguém desonesto queira distorcer a ética centrada na senciência e invente que, por rejeitar o ambientalismo, ela implica não nos preocuparmos com a maneira como afetamos o meio ambiente. Como vimos, essa alegação é falsa. Porém, quando uma afirmação falsa é repetida inúmeras vezes, o número de pessoas que pode vir a acreditar nela pode ser surpreendentemente grande.

Existe um viés relacionado a esse fenômeno, que é o da [cascata de disponibilidade](#), que ocorre quando uma ideia ganha cada vez mais aceitação quanto mais ela for repetida no discurso público, mesmo que seja implausível. Isso ocorre principalmente porque a maioria das pessoas não checa se as informações que recebe são ou não verdadeiras e também por conta do [efeito adesão](#) (o hábito de adotar certos comportamentos ou crenças só porque muitas outras pessoas fazem o mesmo). Outro efeito relacionado é o [efeito de verdade ilusória](#): quando ouvimos uma informação falsa repetida muitas vezes, é comum passarmos a acreditar que ela é verdadeira mesmo que saibamos que ela não é.

Esses vieses parecem explicar muito não apenas do receio em se contrariar o ambientalismo, mas também da própria aderência em massa ao ambientalismo

11.2. A dificuldade em revisar crenças e práticas

A maioria dos defensores dos animais tem acreditado por anos que ambientalismo e defesa dos animais andam de mãos dadas. Essa associação vai além das crenças: envolve também práticas. Muitos desses ativistas têm apoiado programas ambientalistas, se envolvido ativamente em campanhas ambientalistas, feito doações para organizações ambientalistas e assim por diante. Existem vários vieses que nos inclinam a uma relutância em abandonar crenças e práticas que mantemos. Essa relutância é maior quanto maior for o tempo que mantivemos essas crenças e práticas. Assim, esse pode ser outro dos fatores que explica a relutância por parte de defensores dos animais em reconhecer as divergências entre defesa dos animais e ambientalismo.

Há uma grande quantidade de vieses que podem nos inclinar nessa direção. Esses vieses podem fazer alguém insistir que ambientalismo e defesa dos animais não conflitam, mesmo que lhe seja apresentada todas as evidências de que conflitam. Exemplos de vieses nesse sentido são a [perseverança da crença](#) (a tendência a se apegar às crenças que já temos diante de evidências contrárias) e o [viés de ancoragem](#) (a tendência de confiarmos fortemente na primeira informação que recebemos sobre um assunto).

Além disso, descobrir que ambientalismo e defesa dos animais são divergentes pode produzir uma [dissonância cognitiva](#), isto é, um desconforto que decorre de termos crenças conflitantes entre si. Uma maneira de lidar com essa dissonância é avaliar qual das crenças devemos rejeitar e, em seguida, agir de acordo. Entretanto, o conflito geralmente é "resolvido" desacreditando ou evitando as informações que revelariam a incoerência.

Há vieses que também podem fazer alguém agir como se não houvesse divergência mesmo depois de reconhecer que há divergência (simplesmente porque agiu por muito tempo acreditando que não havia). Um exemplo é o [efeito de influência contínua](#), que ocorre quando uma crença equivocada continua a influenciar a memória e o raciocínio, apesar de já ter sido corrigida e concordarmos com a correção.

Além disso, certos vieses podem inclinar as pessoas a pensarem que quem avisa sobre a divergência estão mal intencionado, não porque haja qualquer evidência disso, mas simplesmente porque está pedindo para que revisem suas crenças e atitudes. Um exemplo é o [viés de atribuição hostil](#), que nos inclina a vermos o interlocutor que questiona nossas crenças não como alguém que quer nos informar de algo, mas como alguém que tem uma intenção maldosa oculta

Por fim, há certos vieses que influenciam a resistência à mudança dependendo do quanto alguém já investiu sua prática naquilo que teria de ser mudado. Um exemplo é o [viés de compromisso](#) (a tendência de permanecermos comprometidos com nossos comportamentos passados, especialmente quando exibidos publicamente).

11.3. Conclusão

Vimos que há no mínimo dois fatores na base da relutância por parte dos defensores dos animais em reconhecer as divergências entre defesa dos animais e ambientalismo. Um deles é a crença equivocada de que, se rejeitarmos o ambientalismo, não nos preocuparemos com o impacto de nossas práticas sobre o meio ambiente. Outro são os vieses que produzem uma tendência em relutarmos a revisar crenças, atitudes e práticas, especialmente se foram mantidas por muito tempo.

Os defensores dos animais, quando defendem a [abolição da exploração animal](#), apontam corretamente que todos nós precisamos superar esses vieses e fazer o que é justo. Entretanto, o que vimos acima mostra que os defensores dos animais, assim como qualquer outra pessoa, também não estão isentos de sofrerem uma forte influência dos mesmos vieses em relação a revisarem outras crenças, atitudes e práticas. Assim sendo, se nosso objetivo é realmente beneficiar os animais, temos de também nos esforçar para abandonar a ideia de que defesa dos animais e ambientalismo não conflitam, pois as consequências práticas dessa ideia tem conduzido muitas pessoas, incluindo defensores dos animais, a aprovar práticas que prejudicam em alto grau uma enorme quantidade de animais.

REFERÊNCIAS

ABBATE, C. Virtues and Animals: A Minimally Decent Ethic for Practical Living in a Non-Ideal World. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 27, p. 909–929, 2014.

ADAMS, C. *Neither Man Nor Beast: Feminism and the Defence of Animals*. New York: Continuum, 1994.

ADAMS, C.; DONOVAN, J. *Beyond Animal Rights: A Feminist Caring Ethic for the Treatment of Animals*. New York: Continuum, 1996.

ALONSO, W. J.; PAIM, C. S. [Destinos de vida: categorias representativas para avaliar o sofrimento animal na natureza](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 27 dez. 2017.

BEAUSOLEIL, N. J. [I Am a Compassionate Conservation Welfare Scientist: Considering the Theoretical and Practical Differences Between Compassionate Conservation and Conservation Welfare](#). *Animals*, v. 257, n. 10 (2), 2020.

BEKOFF, M. (org.). *Ignoring nature no more: The case for compassionate conservation*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

BOOKCHIN, M. *Which Way for the Ecology Movement*. São Francisco: AK Press, 1994.

CAHOONE, L. Hunting as a Moral Good. *Environmental Values*, v. 18, n. 1, 2009, p. 67-89.

CALLICOTT, J. B. Animal Liberation: A Triangular Affair. *Environmental Ethics*, v. 2, n. 4, p. 311-338, 1980.

CALLICOTT, J. B. *Beyond the Land Ethic: More Essays in Environmental Philosophy*. Albany: Suny Press, 1999.

CALLICOTT, J. B. *In defense of the land ethic: Essays in environmental philosophy*. Albany: The State University of New York Press, 1989.

CALLICOTT, J. B. Moral Considerability and Extraterrestrial Life. In: HARGROVE, E. (org.). *The Animal Rights/Environmental Ethics Debate: The Environmental Perspective*. Albany: State University of New York, 1992, p. 137-150.

CALLICOTT, J. B. The Case Against Moral Pluralism. *Environmental Ethics*, v. 12, p. 99-124, 1990.

CALLICOTT, J. B. The Land Ethic. In: JAMIESON, D. (org.). *A Companion to Environmental Philosophy*. Oxford: Blackwell, 2000, p. 204-17.

CALLICOTT, J. B. [The Land Ethic: Key Philosophical and Scientific Challenges](#). *Ideas Matter Lecture Series: The Legacy of Aldo Leopold*. Corvallis: Oregon State University, 1998.

CAPRA, F. *O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CLARK, S. R. L. *The Moral Status of Animals*. Oxford: Clarendon Press, 1977.

CONABIO. [Estratégia Nacional Sobre Espécies Exóticas Invasoras](#). *Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade de Florestas*, 2009.

CRISP, R. Equality, Priority, and Compassion. *Ethics*, v. 113, p. 745-763, 2003.

COUNCIL OF EUROPE. [Convention on the conservation of european wildlife and natural habitats: Recommendation on the eradication of the ruddy duck \(*oxyura jamaicensis*\) in the western palaeartic by 2020](#). *Standing Committee 36th meeting Strasbourg*, 15-18 nov. 2016.

COUNCIL OF EUROPE. [Eradication of the ruddy duck *oxyura jamaicensis* in the western palaeartic: a review of progress and a revised action plan for 2021–2025](#). In: *convention on the conservation of european wildlife and natural habitats*. Strasbourg, 03 dez. 2020.

CUNHA, L. C. [A igualdade, suas várias interpretações, e a ética interespécies](#). In: BARBOSA-FOHRMANN, A. P.; LOURENÇO, D. B.; AUBERT, A. C. P. (orgs.). *Estudos e direitos dos animais: teorias e desafios*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022b, p. 104-128.

CUNHA, L. C. *Razões para ajudar: o sofrimento dos animais selvagens e suas implicações éticas*. Curitiba: Appris, 2022a.

CUNHA, L. C. *Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente*. Curitiba: Appris, 2021.

CUNHA, L. C. [Vítimas da natureza: implicações éticas dos danos que os animais não humanos padecem em decorrência dos processos naturais](#). 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2018.

DALL'AGNOL, D. *Valor Intrínseco: Metaética, Ética Normativa e Ética Aplicada em G. E. Moore*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

DAVIS, J. [Gangs of mice are eating seabird chicks alive on a remote Atlantic island](#). *National History Museum*, 22 out. 2018.

DEVALL, B.; SESSIONS, G. *Deep Ecology: Living as if Nature Mattered*. Salt Lake City, Gibbs Smith. 1985.

DOMBROWSKI, D. A. *Vegetarianism: The Philosophy behind the Ethical Diet*. London: Thorsons, 1985.

DONOVAN, J. Feminism and the Treatment of Animals: From Care to Dialogue. *Signs*, n. 31, p. 305-29, 2006.

DORADO, D. *El conflicto entre la ética animal y la ética ambiental: bibliografía analítica*. Tese (Doutorado em Biblioteconomia). Madrid: Universidad Carlos III, 2015.

ELLIOT, R. Faking Nature. *Inquiry*, v. 25, p. 81-93, 1982.

ÉTICA ANIMAL. [A importância do futuro](#). *Ética Animal*: ativismo e investigação em defesa dos animais, 24 out. 2018.

ÉTICA ANIMAL. [A situação dos animais na natureza](#). *Ética Animal*: ativismo e investigação em defesa dos animais, 23 out. 2016a.

ÉTICA ANIMAL. [Biologia do bem-estar](#). *Ética Animal*: ativismo e investigação em defesa dos animais, 8 jul. 2019a.

ÉTICA ANIMAL. [Dinâmica de populações e o sofrimento dos animais](#). *Ética Animal*: ativismo e investigação em defesa dos animais, 27 out. 2015b.

ÉTICA ANIMAL. [Experimentos em animais para fins ambientalistas](#). *Ética Animal*: ativismo e investigação em defesa dos animais, 26 abr. 2016e.

ÉTICA ANIMAL. [Introdução ao sofrimento dos animais selvagens](#). Oakland: *Ética Animal*, 2023 [2020].

ÉTICA ANIMAL. [Teorias éticas e animais não humanos](#). *Ética Animal*: ativismo e investigação em defesa dos animais, 08 dez. 2015f.

ÉTICA ANIMAL. [Um exemplo prático da oposição entre ambientalismo e consideração pelos animais: a matança ambientalista de javalis e javaporcos no Brasil](#). *Ética Animal*: ativismo e investigação em defesa dos animais, 27 Jan 2021b.

FARIA, C. [Ecologismo e antiespecismo: discrepância científica ou moral?](#) *Olhar Animal*, 24 mar. 2015.

FARIA, C. Equality, priority and nonhuman animals. *Dilemata*, v. 14, p. 225-236, 2014.

FARIA, C. Muerte entre las flores: el conflicto entre el ambientalismo y la defensa de los animales no humanos. *Viento Sur*, v. 125, p. 67-76, 2012.

FARIA, C. Sobre o bem de tudo e de todos: a conjunção impossível entre ambientalismo e libertação animal. *Agora: Papeles de Filosofia*, v. 30, n. 2, p. 27-41, 2011.

FARIA, C.; HORTA, O. Welfare biology. In: FISCHER, B. (org.). *The routledge handbook Of animal ethics*. New York/London: Routledge - Taylor & Francis group, 2020, p. 455-66.

FEDNICH, K. P. [Comments from the Natural Resources Defense Council Draft Considerations for the Development of the Strategic Plan for Developing and Implementing Alternative Test Methods and Strategies to Reduce, Refine, or Replace Vertebrate Animal Testing for Chemical Substances or Mixtures](#). *Natural Resources Defense Council*, 10 jan. 2018.

FOX, W. *Toward a Transpersonal Ecology: Developing New Foundations for Environmentalism*. Albany, State University of New York Press. 1995.

FRANCIONE, G. *Introduction to animal rights: your child or the dog?* Philadelphia: Temple University Press, 2000.

FRANKLIN, J. H. *Animal Rights and Moral Philosophy*. New York: Columbia University Press, 2005.

GENOVEZ, A. G. [Metas ambientalistas vs. consideração moral dos animais não humanos: o que pensam ambientalistas quanto ao uso de tecnologias para intervir na natureza?](#) *Revista Peri*, v. 15, n. 1, p. 76-96, 2023.

GOMPERTZ, L. *Moral inquiries on the situation of man and of brutes*. London: Open Gate, 1997 [1824].

GOODPASTER, K. E. On Being Morally Considerable. *Journal of Philosophy*, n. 75, p. 308-25, 1978.

GONÇALVES, E. H. [De figurantes a protagonistas: maneiras de considerar a vida e o bem-estar dos animais sinantrópicos](#). 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2023.

GRIMM, V.; WISSEL, C. Babel, or the ecological stability discussions: an inventory and analysis of terminology and a guide for avoiding confusion. *Oecologia*, v. 109, n. 3, p. 323-334, 1997.

HARGROVE, E. C. (org.), *The Animal Rights/Environmental Ethics Debate: The Environmental Perspective*. Albany: State University of New York, 1992.

HETTINGER, N. Valuing Predation in Rolston's Environmental Ethics: Bambi Lovers versus Tree Huggers. *Environmental Ethics*, v. 16, n. 1, p. 3-20, 1994.

HOLLAND-CUNZ, B. *Ecofeminismos*. Madrid: Cátedra, 1996 [1994].

HOLTUG, N. Equality for animals. In: RYBERG, J.; PETERSEN, T. S. & WOLF, C.(eds.) *New waves in applied ethics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 1-24.

HORTA, O. Debunking the Idyllic View of Natural Processes: Population Dynamics and Suffering in the Wild. *Télos*, v. 17, p. 73-88, 2010e.

HORTA, O. Egalitarianism and animals. *Between the species*, v. 19, n. 1, p. 109-145, 2016.

HURSTHOUSE, R. Applying Virtue Ethics to Our Treatment of the other Animals. In: WELCHMAN, J. (org.). *The Practice of Virtue: Classic and Contemporary Readings in Virtue Ethics*. Indianapolis: Hackett, 2006, p. 136–154.

KATZ, E. The Big Lie: Human Restoration of Nature. *Research in Philosophy and Technology*, v. 12, n. 1, 1992, p. 231-241.

KORSGAARD, C. Fellow Creatures: Kantian Ethics and Our Duties to Animals. *The Tanner Lectures on Human Values*, v. 24, p. 77-110, 2005.

LANZA, R. BERMAN, B. *Biocentrism: How life and consciousness are the keys to understanding the true nature of the universe*. Dallas: Benbella Books, 2009.

LEOPOLD, A. *A Sand County Almanac*. New York: Oxford University Press, 1949.

LEOPOLD, A. *Una ética de la tierra*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2000 [1949].

LÉVÊQUE, C. *Ecology: From Ecosystem to Biosphere*. Enfield: Science Publishers, 2003.

LINKOLA, K. P. *Can Life Prevail? A Radical Approach to the Environmental Crisis*. Budapest: Aktos Media, 2009.

LINKOLA, K.P. Humanflood. In: PARFREY, A. (org.). *Apocalypse Culture II*. Port Townsend: Feral House, 2000, p. 436-51.

LINKOLA, K. P. *Toisinajattelijan päiväkirjasta*. Porvoo: WSOY, 1979.

MATHENY, G. Utilitarianism and Animals. In: SINGER, P. (org.). *In Defense of Animals: The Second Wave*. Malden: Blackwell, 2006, p. 13-25.

NÆSS, A. An Answer to W.C. French: Ranking, Yes, But the Inherent Value is the Same. In: WITOSZEK, N.; BRENNAN, A. (org.). *Philosophical Dialogues: Arne Næss and the Progress of Ecophilosophy*. Oxford: Rowman and Littlefield, 1999, p. 146-149.

NÆSS, A. *Ecology, Community and Lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NOBIS, N. Vegetarianism and Virtue: Does Consequentialism Demand Too Little? *Social Theory and Practice*, v. 28, p. 135–156, 2002.

NUSSBAUM, M. C. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

O'BRIEN, G. D. [The Case for Animal-Inclusive Longtermism](#). *Journal of Moral Philosophy*, [s.l.], p. 1–24, 2023.

PASSMORE, J. *Man's Responsibility for Nature*. London: Duckworth, 1980 [1974].

PEARCE, D. *Can biotechnology abolish suffering?* North Carolina: The Neuroethics Foundation, 2017.

PLUHAR, E. *Beyond Prejudice: The Moral Significance of Human and Nonhuman Animals.* Durham: Duke University Press, 1995.

PLUMWOOD, V. *Feminism and the Mastery of Nature.* New York: Routledge, 1993.

REGAN, T. *The Case for Animal Rights.* Los Angeles: University of California Press, 1983.

ROLLIN, B. *Animal Rights and Human Morality.* Buffalo: Prometheus Books, 1981.

ROLSTON III, H. *Environmental Ethics: Duties to and Values in the Natural World.* Philadelphia: Temple University Press, 1988.

ROLSTON III, H. Respect for life: counting what Singer finds of no account. In: JAMIESON, Dale (org.). *Singer and His Critics.* Oxford: Blackwell, pp. 247-268, 1999.

ROWLANDS, M. *Animal Rights: A Philosophical Defense.* London: MacMillan Press, 1998.

ROY, E. A.. [Poison-laden drones to patrol New Zealand wilderness on the hunt for invasive pests.](#) *The Guardian*, 14 mar. 2020.

SAPONTZIS, S. F. *Morals, Reason and Animals.* Philadelphia: Temple University Press, 1987.

SCHWEITZER, A. *Civilización y ética.* Buenos Aires: Sur, 1962 [1923].

SHELTON. J. A. [Killing Animals That Don't Fit In: Moral Dimensions of Habitat Restoration.](#) *Between the Species*, v. 13, n. 4, 2004.

SHIVA, V. *Staying Alive: Women, Ecology and Development.* Atlantic Highlands: Zed Books, 1992.

SINGER, P. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1979].

SORYL, A. A.; MOORE, A. J.; SEDDON, P. J.; KING, M. R. [The Case for Welfare Biology](#). *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 34, n. 7, 2021.

SOULÉ, M. E. What is Conservation Biology? *BioScience*, v. 35, n. 11, p. 727-34, 1986.

STEMBER, M. Advancing the social sciences through the interdisciplinary enterprise. *The Social Science Journal*, v. 28, n., p. 1-14, 1991.

TAYLOR, P. *Respect for nature*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

VANDEVEER, D. Of beasts, persons and the original position. *The Monist*, v. 62, p. 368-377, 1979.

VARNER, G. Biocentric Individualism. In: SCHMIDTZ, D.; WILLOT, E. (orgs.) *Environmental Ethics: What Really Matters, What Really Works*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 108-120.

VARNER, G. No Holism Without Pluralism. *Environmental Ethics*, v. 13, p. 175-79, 1991.

VINDING, M. *Suffering-focused ethics: Defense and implications*, Copenhagen: Ratio Ethica, 2020.

WARREN, M. A. *Moral Status: Obligations to Persons and other Living Things*. Oxford: Oxford University Press, 2000a.

WARREN, K. *Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000b.

WENZ, P. S. *Environmental justice*. Albany: State University of New York Press, 1998.

WARHURST, M. [The REACH files: A policy guide](#). Brussels: WWF, 2004.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE - WWF. [WWF's response to the community strategy for endocrine disruptors](#). *WWF: Working to sustain the natural world for the benefit of people and nature*, 2000.

ZIMMERMAN, M. E.; CALLICOTT, J. B.; SESSIONS, G.; WARREN, K. J.; CLARK, J. (orgs.). *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1993.